

TÍTULO DO TRABALHO			
ASCENSÃO DO POPULISMO NO BRASIL: CONDIÇÃO E EXPRESSÃO DE PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM UMA PERIFERIA “DINÂMICA” DO CAPITALISMO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Fernando Viana Costa	Universidade Federal de Goiás	UFG	Mestrando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Esse trabalho busca explicitar algumas teses marxistas que trataram do momento de consolidação da hegemonia burguesa-industrial no Brasil como particularidade, ou seja, da forma pela qual a tendência do Modo de Produção Capitalista à universalização ganhou expressão histórica concreta, não só pela expansão mundial do sistema capitalista e a condição estrutural limitada do capitalismo no Brasil, mas efetivamente pelos arranjos internos que possibilitaram o salto industrial que dará a sociedade brasileira entre o final do século XIX meados do século XX. Consideramos, a partir do diálogo com pesquisadores como Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, que a ascensão do populismo foi condição e expressão política particular da hegemonia burguesa no Brasil.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Populismo no Brasil; hegemonia burguesa; particularidade histórica			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabajo trata de exponer algunas tesis que tratan el momento de la consolidación de la hegemonía burguesa industrial en Brasil como particularidad, o sea, la forma en que el modo de producción capitalista, en su tendencia a la universalización, ganó expresión histórica concreta no sólo por la expansión global del sistema capitalista y el estado estructural limitada del capitalismo en Brasil, pero efectivamente por las disposiciones internas que permitieron el salto industrial que dará la sociedad brasileña entre finales del siglo XIX a mediados del siglo XX. Creemos que , a través del diálogo con los investigadores como Florestan Fernandes y Francisco de Oliveira , el auge del populismo era condición y expresión política particular de la hegemonía burguesa en Brasil.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
El populismo en Brasil ; hegemonía burguesa ; particularidad histórica			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

ASCENSÃO DO POPULISMO NO BRASIL: CONDIÇÃO E EXPRESSÃO DE PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM UMA PERIFERIA “DINÂMICA” DO CAPITALISMO

Fernando Viana Costa¹

Não foram poucas às vezes na história do Brasil que a tentativa de explicar nossa realidade por meio dos modelos interpretativos europeus esbarrou na realidade complexa incompatível com modelos explicativos importados. Algumas perguntas continuam tão atuais como a necessidade de superação das desigualdades históricas que angustiam boa parte da sociedade brasileira. Será possível um dia construir um capitalismo menos desigual no Brasil? Os mais otimistas olham para alguns dos países centrais do capitalismo e buscam respostas para propor um capitalismo mais humano, acreditando que podemos “evoluir” nesta direção. O entendimento da história da consolidação do capitalismo no Brasil parece ser um caminho necessário para pensar esse processo para além dos modelos distantes da nossa realidade. No fundo, essa é uma inquietação que move o diálogo desse texto com pesquisadores que se dedicaram ao estudo da particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Em que medida a consolidação do capitalismo no Brasil e sua expressão política a partir do movimento de 1930 (o populismo) tiveram base popular e possibilitaram distribuição da riqueza e conquistas as classes despossuídas, historicamente oprimidas pelas oligarquias?

As contribuições dos intelectuais marxistas acerca da dominação burguesa no Brasil tem em comum o esforço para apreender o contexto, as condições históricas e as particularidades desta sociedade de classes na periferia do sistema. Tal interpretação é movida não só por um desejo acadêmico desinteressado, trata-se antes de tudo da necessidade política de uma teoria capaz de se aproximar o máximo da realidade para transformá-la. São intelectuais engajados, inquietos em traçar estratégias e táticas capazes de munir as forças ligadas ao proletariado para a ação.

Compreender o Modo de Produção Capitalista (MPC) e sua tendência à universalização é, sem dúvida, uma das principais contribuições da interpretação marxista, contudo tal interpretação não pode suprimir as condições específicas das diferentes sociedades de classes, ou como afirmou Florestan Fernandes: “há burguesias e burguesias”². É nesse sentido que uma teoria com essa propositura, qual seja, de compreender para transformar, não poderia se limitar a aplicar modelos abstratos, mas deveria, e deve ir a busca da concretude do movimento histórico e, talvez, essa seja

¹ Bacharel e licenciado em história e mestrando em história pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

² Para esse debate ver “A Revolução Burguesa no Brasil”, Fernandes, 1987.

a principal contribuição que gostaríamos de evidenciar dos intelectuais com os quais iremos dialogar nesse artigo.

A busca aqui é por explicitar algumas teses que trataram do momento de consolidação da hegemonia burguesa-industrial no Brasil como particularidade, ou seja, da forma pela qual a tendência do MPC à universalização, ganhou expressão histórica concreta, não só pela expansão mundial do sistema capitalista e a condição estrutural limitada do capitalismo no Brasil, mas efetivamente pelos arranjos internos que possibilitaram o salto industrial que dará a sociedade brasileira entre o final do século XIX meados do século XX. Tal salto, conhecido nos livros didáticos de História geralmente como “crise das oligarquias e Revolução de 30”, constitui-se na hegemonia da burguesia industrial urbana diante dos proprietários rurais, em uma conciliação de interesses de classes que se tornou possível através do populismo e do controle efetivo do Estado pelas classes possuidoras frente a contradição capital trabalho, intensa, sobretudo, na periferia do sistema no início de sua industrialização.

As duas principais teses que iremos dialogar vão para além da perspectiva dicotômica “arcaico” e “moderno”. Seja no entendimento que há uma “dupla articulação” entre a “indução externa” capitalista e o “desenvolvimento desigual interno”, formulada por Fernandes (1987), ou no entendimento que os rumos da industrialização no Brasil, mesmo sendo parte da expansão capitalista mundial, foi um potencial que só se efetivou pela “dinâmica interna da luta de classes”, podendo efetivamente ter tomado outros rumos, como nos apresenta Oliveira (2003), tais teses são expressões significativas da autenticidade da teoria e da aplicação do método marxista na busca da apreensão concreta do movimento histórico, da particularidade, da efetivação do MPC na periferia do sistema.

A hipótese desse breve artigo é que, em que pese algumas diferenças explicativas sobre os dinamismos que possibilitaram o desenvolvimento capitalista na periferia, a tese desenvolvida por Francisco de Oliveira (2003), em seu texto “Crítica a Razão Dualista”, possui aproximações com a análise dialética desenvolvida por Fernandes (1987) em “A Revolução Burguesa no Brasil”, evidenciando a dinâmica interna da superexploração do trabalho na periferia do sistema e os mecanismos políticos que tornaram possível a conciliação contraditória das classes possuidoras, (o artificial consenso burguês, construído por uma solidariedade mecânica, nas expressão desenvolvida por Fernandes, (1987)) tendo como sua expressão o populismo (autocracia dissimulada), ou a ditadura propriamente dita. Expressão de uma História aberta que não pode ser capturada pela aplicação mecânica e abstrata de modelos, como se existisse uma História em si,

com uma teleologia própria, mas pelo esforço teórico empírico de se aproximar ao máximo da dinâmica histórica concreta da luta de classes.

Particularidade da dominação burguesa no Brasil e ascensão do populismo.

Segundo Fernandes (1987), a constituição da dominação burguesa no Brasil não se deu por meio de uma ruptura com o “antigo regime”. Muito diferente do modelo clássico de Revolução Burguesa, no Brasil ocorre uma simbiose, onde um setor da própria oligarquia se moderniza e a burguesia se constitui em um ambiente “provinciano”, dominado sócio-culturalmente pela oligarquia. Quando se manifestava de forma a defender ideias modernizadoras e republicanas, a burguesia fazia mais uma tentativa de se apresentar assim do que algo condizente com a realidade efetiva.

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um círculo fechado. Mais que uma compensação e uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização. (FERNANDES, 1987, p.206)

A chave interpretativa de Fernandes é a dupla articulação, própria desta economia capitalista dependente, centrada na economia agroexportadora articulada as economias capitalistas centrais e por outro lado constituindo uma articulação interna entre “o setor arcaico e setor moderno, ou urbano industrial”(FERNANDES, 1987). A chamada crise da oligarquia, segundo Fernandes é a aparência do processo , pois o que houve foi uma diferenciação e reintegração do poder. Alguns setores da oligarquia em decadência, tiveram sua base minada diante da nova configuração social com a abolição da escravidão, o nascimento da República e a dinamização do mercado. Alguns setores entraram em choque com setores que foram induzidos a modernização, *uma indução do mercado capitalista externo, modernização induzida e controlado, mas com efeitos inimagináveis para a época e que seria o dínamo principal do capitalismo nessa periferia.*

Essa indução, se por um lado possibilitou a modernização industrial, criou nichos de desenvolvimento para atender as demandas das potências hegemônicas, impossibilitando a

realização completa do capitalismo na periferia. Essa indução teria vindo do próprio dinamismo do mercado, análogo em certa medida ao que ocorreu nos países de economia central, onde o dinamismo do mercado estimulou o desenvolvimento industrial, segundo Fernandes³, e no caso brasileiro, foi constitutivo fundamental da metamorfose institucional e na possibilidade de “irrupção do povo na cena histórica”, mesmo que timidamente, processos constitutivos da transição que possibilitou a Revolução de 1930.

Nessa etapa, o mercado capitalista moderno põe os homens uns diante dos outros em termos do valor de seus bens e serviços. Classifica-os fora e acima da ordem estamental e de castas da sociedade escravista, erguendo forças muito ativas contra estas e forçando os homens livres a passar pelo mercado para fins de estratificação social. (FERNANDES, 1987, p.239)

Com o desenvolvimento e expansão do capitalismo monopolista, a dupla articulação se mantém e esse é um elemento central de permanência na análise de Fernandes, agora sob o Império econômico das grandes corporações, gerando uma “incorporação devastadora”, mediada pelos impulsos políticos da luta de classes internacional. Com o risco do avanço do socialismo exige-se, por parte das economias centrais um desenvolvimento com segurança, com estabilidade política, tarefa de casa que as burguesias periféricas terão que cumprir a frente dos Estados Nacionais. O Estado, portanto, é central para o desenvolvimento do capitalismo na periferia, seja como agente econômico, seja como agente policial da classe burguesa.

Diante da condição de sócia minoritária do grande capital, servindo de base para a acumulação externa, a burguesia brasileira jamais iria projetar para fora a tensão das baixas taxas de lucro frente ao capital internacional. Mas ao mesmo tempo, se não projetasse uma reação, já tinha tomado consciência que poderia ser engolida pelas grandes corporações do capitalismo central. A burguesia precisava do Estado forte para lidar com pressões externas e internas e as potências centrais do capitalismo monopolista necessitavam, de sua parte, de “parceiros fortes” na

³ Aqui nos parece que há diferenças com as interpretações de Oliveira que percebe um dinamismo que se irradia da produção, criando inclusive outras dinâmicas internas no comércio e nos serviços, movimentos significativos pós 1930. Já para Fernandes, induzida pelo dinamismo do mercado, “mais ou menos da última década do século XIX à crise de 1929, a industrialização percorre todo um ciclo de expansão”, sendo o pós 1930 o segundo surto industrial que atinge a produção de bens de capital. Para essa discussão ver páginas 238-243, da obra A Revolução Burguesa no Brasil e a primeira página do texto Crítica a Razão Dualista de Oliveira (2003)

periferia do sistema para conter o avanço do socialismo. Não tão fortes, contudo, ao ponto de ameaçar os interesses do próprio capital monopolista.

Eis a equação histórica particular que se coloca. Tal dominação de classe atípica, por meio do poder político do Estado, não eliminaria um problema central do capitalismo na periferia: a dificuldade de uma real democracia burguesa com margem econômica de participação das “classes despossuídas”, levando a uma minoria de setores médios ligados a burguesia a usufruírem do desenvolvimento social e uma ampla massa para margem de qualquer condição material. Ou seja, não há espaço para um amplo pacto social em bases matérias reais, segundo Fernandes (1987). A tese, portanto do papel redistributivo do populismo não encontra sustentação nessa interpretação. O populismo, como “manipulação consentida das massas”, teria limites estruturais intransponíveis. Nesse sentido, para Fernandes:

O povo não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no campo burguês e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma democracia burguesa fraca, mas *uma autocracia burguesa dissimulada* (FERNANDES, 1987, p. 340)

Mas como um capitalismo aparentemente irrealizável, incompleto, controlado externamente, sem condições de gerar uma democracia burguesa clássica, sem mercado consumidor interno para se realizar, sem condições de garantir a própria realização da Força de Trabalho à ser explorada, tendo que enfrentar os interesses dos proprietários rurais, pode se tornar viável, chegando a uma intensa industrialização articulada ao capitalismo monopolista ao ponto da produção industrial superar em números a tradicional agricultura da outrora colônia? Somente o exercício da força articulada aos militares e as manipulações consentidas no domínio do Estado dariam sustentação a dominação burguesa? Parece-nos que uma dinâmica entre as classes pode evidenciar melhor uma base material de tal dominação.

A dinâmica interna das classes e a base do populismo.

As tendências universalizantes do MPC não são ignoradas por Francisco de Oliveira (2003), aliás são afirmadas, contudo, o central de sua análise está na dinâmica interna das classes, modo particular pelo qual se efetiva a dominação burguesa no Brasil. No texto “Crítica a Razão Dualista”, Oliveira desenvolve uma interpretação dialética com base nas relações entre as classes sociais, o que fica claro de imediato em sua crítica a teoria do subdesenvolvimento.

Com seus estereótipos de “desenvolvimento auto-sustentado”, “internalização do centro de decisões”, “integração nacional”, “planejamento”, “interesse nacional”, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do desenvolvimentismo que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim a ideologia própria do chamado período populista: se hoje ela não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa da máscara.(OLIVEIRA, 2003, p. 33)

As ações políticas do pós 1930 criaram as condições para novas formas de acumulação, portanto há uma ação política efetiva sem a qual esse caminho não seria possível. A regulamentação das relações “capital trabalho” por meio da ação do Estado é, nesse sentido, dinâmica central para possibilitar o excedente que viabilizaria o projeto de industrialização dirigido hegemonicamente pela burguesia urbano-industrial. Essa é a base do populismo.

A conciliação entre os interesses das elites agroexportadoras com os interesses industriais, sem romper com interesses da burguesia internacional, só seria possível com uma base material que gerasse o excedente, uma espécie de “acumulação primitiva” interna da periferia. Esta base material Oliveira vai buscar na própria dinâmica interna da luta de classes e de onde é possível a real produção de riqueza, no trabalho.

A regulamentação do salário mínimo teria, ao contrário da defesa presente nas teses distributivistas, possibilitado uma ampliação da extração de mais valia, visto que o potencial de

pressão de alguns segmentos da classe trabalhadora que poderiam chegar a salários mais altos, foi contido pela média institucionalizada do “salário mínimo”, medida pelo “custo de reprodução da força de trabalho”. O alto contingente de trabalhadores que migravam para as cidades compunham a formação de um “exército de reserva” necessário a acumulação e regulados pela nova legislação trabalhista.

O Estado também aparece, portanto, assim como para Fernandes⁴, com papel central para o desenvolvimento do capitalismo em suas particularidades no Brasil, não só na regulamentação das leis trabalhistas, mas também “operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente produtivos”(OLIVEIRA, 2003). É portanto, o Estado, o regulador fundamental das relações capital trabalho, regulando a economia por meio dos “preços sociais em lugar dos preços de mercado” criando as bases para a acumulação industrial.

“A tese é perfeitamente ilustrada como o caso do café: deixada entregue às leis automáticas do mercado, a produção de café no Brasil, após 1929, entraria num regime anárquico, ora sendo estimulada, ora sendo violentamente contraída. Os estímulos e as contrações poderiam representar importantes desperdícios sociais, foi preciso fazê-las crescer ou diminuir guardando certa distância das flutuações do mercado”(OLIVEIRA, 2003, p.41)

A questão da agricultura é central, haja vista a condição histórica agro-exportadora da economia brasileira. Como conciliar os interesses dos proprietários rurais e da burguesia urbano industrial? Com estímulo a “expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia” (OLIVEIRA, 2008, p. 43), por meio da expansão da fronteira, (onde inicialmente o pequeno agricultor trabalha para colocar a terra em condições de produção sem custos para futura produção destinada ao mercado) e da ausência de qualquer mediação para conter a exploração do trabalho no meio rural. É essa extração de excedente, por meio do trabalho morto que fica da fronteira e da superexploração do trabalho no meio rural, um dos elementos da possível conciliação. Por outro lado, os produtos para

⁴ Em Fernandes (1987) a crítica denomina a burguesia de pragmática e sua utilização do Estado com fins particularistas, acima da nação, fundada na dupla articulação. É possível perceber uma certa reminiscência das teorias do subdesenvolvimento, como se Fernandes estivesse no processo de superação dialética.

alimentação dos que migram para as cidades é barateada pelo baixo custo de reprodução da Força de Trabalho (FT) do camponês que a produz, contribuindo para redução do custo de reprodução da Força de Trabalho (F T) nos centros urbano-industriais.

Essa é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do novo mercado urbano-industrial exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu as atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p.46)

Por outro lado a condição para acumulação da indústria também se daria na condição da formação das periferias nos espaços urbano-industriais (viabilizando a vida a baixo custo para o exército de reserva e para o conjunto de trabalhadores urbanos da periferia) e os serviços demandados pela própria industrialização tardia que se torna elemento estrutural, na medida que barateia mais uma vez custo da reprodução da força de trabalho. Nas palavras de Oliveira (2003), são os pseudo proprietários que na verdade vendem sua força de trabalho para as unidades industriais centrais. Soma-se a isso uma parte da produção industrial destinada a classes altas de bens de consumo duráveis, “encontra mercado e realiza sua função na acumulação, tornando as unidades e os ramos fabris a elas dedicados, as unidades-chave do sistema” (OLIVEIRA, 2003).

Vejamos, pois que, se a tese é sólida, ao que nos parece a ascensão do populismo no Brasil deixa de ser uma expressão somente das características do “líder carismático” e ganha uma base sólida de conciliação entre diferentes estratos das classes possuidoras em um momento histórico que leva a constituição de um amplo setor de serviços, os “pequenos pseudo proprietários”, além de setores médios ligados a burocracia do Estado que se amplia e dos operários urbanos.

No Brasil, a posição dominante na historiografia consiste em identificar populismo com liderança carismática – conceito tomado de Max Weber e que designa a liderança que se funda nos atributos pessoais do líder. (BOITO, 2005,P.20)

Em que pese a alta exploração da força de trabalho evidenciada nas teses de Fernandes e Oliveira, isso não significa que os trabalhadores não sentiram melhorar sua condição de vida e que a vida urbana não evidencie uma participação material no mundo do consumo, por mais que, efetivamente, conforme demonstra Oliveira(1987), “os 25 anos de intenso crescimento industrial não foram capazes de elevar a remuneração real dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2003). Mas é plausível que a política de industrialização veio de encontro “ao desejo de ter acesso ao consumismo industrial moderno, desejo esse provocado pelo conhecimento que tinham os setores populares urbanos do modo de vida dos países capitalistas centrais” (BOITO, 2005). Segundo Boito (2005), essa baixa classe média e a pequena burguesia, ficaram fora das movimentações sociais mais orgânicas e tornaram-se base da ascensão do populismo, sendo envolvidas por um fetichismo de Estado Nacional, coordenado pela ala reformistas autoritária do movimento tenentista e pelos setores ligados a industrialização.

Seduzida por esse “fetichismo de Estado” também foi uma parte do operariado que se vinculou ao mundo sindical somente após sua oficialização, fazendo do Estado e dos mandatários (no caso, Vargas), diante do Estado forte necessário para a realização do capitalismo da periferia, conforme as teses dos autores que exploramos nesse texto, o agente social central que iria conceder as “melhorias para os trabalhadores”, contendo o significado de conquista como ação autônoma do movimento da classe. No discurso de Vargas:

“Tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que constitui o traço social, acima de todos os países. O que se chama de reivindicações trabalhistas não forma jamais obtidas em qualquer país, como estão sendo aqui verificadas. No Brasil, não há reivindicações nesse assunto. Há concessões. Concessões do governo aos eficientes colaboradores que são os trabalhadores, quer braçal, ou intelectual.” (Carone, 1974, p. 227, in Boito, 2005, p.24)

As leituras da particularidade do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial no Brasil, a partir de Fernandes, (1987) e Oliveira, (2003), em que pese as diferenças sobre o

dinamismo inicial externo e interno, se aproximam, na medida em que percebem a importância histórica particular do poder político do Estado e a superexploração da força de trabalho, bem como da simbiose entre arcaico e moderno, na transição para o capitalismo urbano-industrial nos dando indicativos de que ascensão do populismo no Brasil é condição e expressão particular do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista nessa periferia, assim como parece corroborar Boito:

Nós acreditamos que o surgimento e a força do populismo explicam-se pela estrutura de classes da sociedade brasileira, pela via política que possibilitou a industrialização capitalista do Brasil e pela existência de aparelhos como o sindicato oficial, a justiça do trabalho, as sociedades de Amigos de Bairro, que o populismo logrou pôr em pé quando foi poder no Brasil (1930-1964) (Boito, 2005, p.30)

Não significa aqui ignorar o papel dos indivíduos na história, mas sim de ir além da aparência, percebendo a particularidade da dinâmica da luta de classes que possibilitou a ação efetiva do que uma parte significativa da historiografia definiu como “líder carismático”, ou seja, a força política necessária do Estado como mediador da relação capital trabalho nas transformações que levaram a hegemonia da burguesia, movimento histórico particular de desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista nessa periferia do sistema.

A construção da hegemonia burguesa industrial frente a elite agrária, dentro do bloco que estava no poder, no processo de modernização capitalista nesta periferia do sistema, tornou-se possível pelas movimentações políticas das classes, viabilizando os custos da força de trabalho com peso maior sob determinados estratos da classe trabalhadora (intensificando a superexploração) e propiciando uma ascensão ao consumo de parte do operariado urbano vinculado ao sindicato tutelado pelo Estado, além de criar as condições de reprodução da força de trabalho nas periferias da cidade, movimentando uma economia centrada nos “pseudo proprietários”. E sempre que algum protagonismo das classes despossuídas se apontava no horizonte, a atuação repressora por meio dos mecanismos do Estado se apresentava como fundamental na manutenção da hegemonia burguesa. Foi possível conciliar os interesses da elite agroexportadora com o processo de modernização induzida e controlada, intensificando a subordinação aos interesses do capital externo por meio de uma industrialização direcionada (os

nichos de desenvolvimento, na expressão de Fernandes, (1987) , mantendo a exportação dos produtos primários. Mas tudo isso só efetivou-se com a produção de excedentes sem os quais “a conta não fecharia”. E para produzir esses excedentes a ação política de um “Estado planejador” e mediador da relação capital trabalho foi essencial.

A ascensão de lideranças populistas possuía uma base material articulada, que, se por um lado, contou com a nascente burguesia industrial e de parte das oligarquias, contava também com o consentimento e adesão de setores importantes da classe trabalhadora. Um consenso frágil e artificializado ou uma “autocracia burguesa”(FERNANDES, 1987) dissimulada, longe de ser uma democracia burguesa clássica, teve na ação populista condição necessária da ação política para viabilizar a “modernização controlada” e que dependia da “manipulação consentida” e da repressão para se efetivar, mas tinha uma base material real, conforme destacou Oliveira (2002).

A construção ideológica presente na ação do Estado populista visava forjar o consenso, camuflando os interesses de classe em nome dos interesses da nação. A instituição de uma ética do trabalho; a ação planejada da propaganda; o controle dos sindicatos; das escolas; configurava-se como o controle sobre a “sociedade civil em formação”⁵intensificando a ação coercitiva da “sociedade política” necessária para a constituição da hegemonia burguesa nessa periferia do sistema. O populismo procurava dissimular a ação coercitiva do Estado e a superexploração do trabalho que possibilitou o excedente extraído dos trabalhadores do campo e na cidade.

O processo de modernização do capitalismo no Brasil, “a nossa Revolução Burguesa”, não se deu com as rupturas clássicas da burguesia industrial contra os grupos conservadores ligados a posse da terra. Muito menos trouxe qualquer ruptura com “imposições externas à nação”. O que houve foi uma conciliação de interesses das classes possuidoras que tornou possível um capitalismo sem consolidação de uma democracia burguesa clássica, tal movimento contou com atuação de um sindicalismo oficial, vinculado ao Estado, conforme indica Boito (2005), limitando uma ação popular mais autônoma e que conseguisse perceber a totalidade do movimento. Talvez, em países na periferia do sistema esse tipo de ação sindical seja central para manutenção da hegemonia burguesa.

A mudança conservadora operada pelo alto cooptou alguns setores da classe trabalhadora inserindo-os no mundo do consumo e, ao mesmo tempo, conforme indica Oliveira (2002),

⁵ A definição de sociedade civil e sociedade política estão referenciadas no conceito de Gramsci de Estado Ampliado, próprio das sociedades ocidentais. A nosso ver, os organismos privados de hegemonia foram controlados em boa medida pela sociedade política no processo de modernização do capitalismo no Brasil. Ver: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

intensificou a extração de mais-valia de setores da classe trabalhadora que viviam sem qualquer mediação de proteção social do Estado, como foi o caso dos trabalhadores rurais. A regulação da relação capital trabalho, onde funcionou efetivamente, cumpriu o papel de conter possíveis ganhos dos trabalhadores, nivelando por baixo o salário de setores da classe trabalhadora que em uma negociação mais aberta teriam condições de obter ganhos mais elevados.

A concretude do movimento histórico que tornou o capitalismo possível nesta periferia do sistema constituiu-se por relações onde o populismo teve papel central na consolidação da hegemonia burguesa industrial, não só como ação de sujeitos carismáticos, mas efetivamente pelo consenso conservador que conseguiu produzir por meio da “dupla articulação” conforme evidenciou Fernandes (1987), mantendo a subordinação aos países capitalistas centrais e desenvolvendo internamente um capitalismo controlado. A tensão desta relação entre as elites (externas e internas; agrária e urbana) só se resolveu pelas escolhas e tensões internas vivenciadas pelas classes sociais, conforme evidenciou Oliveira (2002), possibilitando que as condições mais improváveis de reprodução da Força de Trabalho se viabilizassem. As organizações da classe trabalhadora fizeram parte do pacto da modernização, com sindicatos corporativos ligados ao Estado, mas a frágil base material do capitalismo na periferia limitava a base social do acordo que poderia produzir o consenso, levando ao conflito mais direto entre as classes, revelando efetivamente os limites do populismo no Brasil.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. "Crítica à razão dualista". In: *A economia brasileira: crítica a razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas/SP: Unicamp/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.